

ESPORTE PARALÍMPICO ESCOLAR: Uma Cultura Esportiva em Construção

Giandra Anceski Bataglioni¹
Vitória Crivellaro Sanhotene²
Janice Zarpellon Mazo³

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender de que forma as Paralimpíadas Escolares repercutiram na constituição histórica do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul (RS) no período de 2010 a 2019, a partir dos depoimentos orais de professores(as) de Educação Física e treinadores(as) esportivos(as). A coleta de informações foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 11 participantes e o material foi submetido à técnica de Análise Temática de Conteúdo. Os resultados evidenciaram os desafios e as práticas exercidas por duas professoras de Educação Física para viabilizar a participação da primeira delegação do Estado às Paralimpíadas Escolares em 2010. Neste mesmo caminho, outros(as) agentes e instituições começaram a partilhar interesses e a desenvolver práticas voltadas ao esporte paralímpico escolar no Estado, conformando-se o “Núcleo Estadual do Paradesporto”. Ações como eventos, competições, projetos e capacitações voltadas ao esporte para estudantes com deficiência passaram a ser realizadas em diferentes municípios do Estado. Os relatos dos(as) entrevistados(as) apontam para representações que evidenciam orgulho pelas práticas consolidadas em torno do esporte paralímpico escolar a partir das inter-relações do referido núcleo. Por outro lado, foram encontrados indícios de descontentamento com relação à carência de políticas de Estado que assegurem o esporte para estudantes com deficiência em longo prazo.

Palavras-chave: educação física escolar; pessoa com deficiência; paralimpíadas escolares; paradesporto; história do esporte.

SCHOOL PARALYMPIC SPORT: A SPORTS CULTURE IN THE MAKING

ABSTRACT

This research sought to understand how the School Paralympics had an impact on the historical constitution of school paralympic sport in Rio Grande do Sul (RS), from 2010 to 2019, based on oral testimonies from Physical Education teachers and coaches(as) sports. Information collection was carried out through semi-structured interviews with 11 participants and the material was subjected to the Thematic Content Analysis technique. The results highlighted the challenges and practices carried out by two Physical Education teachers to enable the participation of the state's first delegation in the School Paralympics, in 2010. Along the same path, other agents and institutions began to share interests and develop practices focused on school paralympic sports in the state, forming the “State Parasports Center”. Actions such as events, competitions, projects and training focused on sport for students with disabilities began to be carried out in different municipalities in the state. The reports of the interviewees point to representations that show pride in the practices consolidated around school paralympic sports based on the interrelationships of the aforementioned nucleus. On the other hand, signs of discontent were found regarding the lack of State policies that ensure sport for students with disabilities in the long term.

Keywords: school physical education; person with disability; school paralympics; parasports; history of sports.

Submetido em: 25/2/2024

Aceito em: 30/10/2024

Publicado em: 2/1/2025

¹ Universidade Federal do Amazonas – Ufam. Manaus/AM, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8913-9874>

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9731-5890>

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8215-0058>

INTRODUÇÃO

Iniciativas sistematizadas para o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar no Brasil foram colocadas em ação a partir do ano de 2006 (Bataglion; Mazo, 2019a). Neste ano, o projeto Paraolímpicos do Futuro, idealizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), passou a circular pelo país a fim de levar capacitação à professores(as) de Educação Física atuantes nas escolas de ensino básico (Senatore, 2006). Buscava-se, assim, disseminar informações acerca das modalidades paralímpicas e integrá-las aos ambientes escolares, utilizando-se o potencial das aulas de Educação Física para a inserção de estudantes com deficiência no esporte (Gorla; Calegari, 2017). Não obstante, atrelado aos pressupostos da inclusão por meio do esporte, a finalidade de detecção de talentos paralímpicos em idade escolar sempre esteve demarcada nos documentos oficiais do projeto Paraolímpicos do Futuro (Silva, 2017; Bataglion; Mazo, 2019a).

Após transcorrer em diferentes Estados das cinco regiões geográficas do país até o ano de 2008, o projeto Paraolímpicos do Futuro foi interrompido, dando espaço a outros projetos com foco na promoção do esporte paralímpico escolar⁴, também sob realização do CPB, com expressivo protagonismo às Paralimpíadas Escolares – competição nacional para estudantes com deficiência, fruto do projeto supracitado (Bataglion; Mazo, 2019a). Notadamente este evento conquistou ampla aderência, contando com a participação de todos os Estados do Brasil e do Distrito Federal/DF, alcançando o total de 1.200 estudantes com deficiência engajados no ano de 2019 – a última edição do evento antes do início da pandemia de Covid-19, que gerou a suspensão da edição no ano de 2020. No ano seguinte, em 2021, as edições das Paralimpíadas Escolares foram retomadas. Para além dos indicadores quantitativos, esta competição esportiva escolar congrega reconhecimento em âmbitos nacional e internacional, sendo foco de veículos de imprensa, de instituições ligadas à pessoa com deficiência e, gradativamente, de investigações científicas (Silva, 2017; Bataglion; Mazo, 2019b; Resende; Carvalho-Freitas; Guimarães, 2019; Mazo; Bataglion; Pereira, 2021).

Uma vez expressa a crescente representatividade das Paralimpíadas Escolares, autores como Cardoso (2016), Gorla e Calegari (2017) e Resende, Carvalho-Freitas e Guimarães (2019), aludem que esse evento gera impacto no desenvolvimento da esfera do esporte para as crianças e os jovens com deficiência no Brasil. É possível que as Paralimpíadas Escolares, aliadas a outras ações, projetos e, sobretudo, políticas públicas, possa contribuir à construção de uma cultura⁵ do esporte paralímpico escolar no país. Por outro lado, é preciso considerar-se peculiaridades ligadas aos diversos contextos do país, como fatores históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais, elementos

⁴ Embora o projeto deixou de existir com a denominação Paraolímpicos do Futuro, os seus objetivos voltados à capacitação de professores(as) de Educação Física e à promoção do esporte paralímpico escolar no Brasil continuaram a ser enfatizados em outros projetos e iniciativas do CPB. Têm-se, como exemplo, atualmente, o Programa de Educação Paralímpica – que oferece cursos de formação nas modalidades presencial e educação a distância –, a Escola Paralímpica de Esportes, os Festivais Paralímpicos e as Paralimpíadas Escolares, voltados à prática esportiva de crianças e jovens com deficiência.

⁵ Nesta pesquisa adotamos a noção de cultura de acordo com Burke (2003, p. 16-17), que assume o termo em um “sentido razoavelmente amplo de forma a incluir atitudes, mentalidades e valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações”.

que podem ajudar a explicar a realidade do esporte para as pessoas com deficiência em cada localidade, nas relações passado e presente.

O trabalho de inclusão de estudantes com deficiência em práticas esportivas teve os institutos especializados em atendimento a esta população como pioneiros no Brasil (Begossi; Mazo, 2016; Bataglion *et al.*, 2019). Nesta direção, conforme Conde (2018), as pessoas com deficiência visual receberam maior suporte para a iniciação esportiva em relação às pessoas com outros tipos de deficiência. Conforme Conde (2018), assim como o Instituto Benjamin Constant (IBC), fundado em 1854, no Rio de Janeiro/RJ, outros espaços especializados no atendimento às pessoas com deficiência visual foram criados no país ao longo do século 20. Nestes locais as aulas de Educação Física eram ofertadas aos estudantes cegos e com baixa visão. Em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, há vestígios de que, desde a década de 1960, alguns esportes, como futebol e atletismo, eram praticados por pessoas com deficiência visual nas aulas de Educação Física e em outros espaços do Instituto Santa Luzia, entidade referência em atendimento educacional a esta população (Mazo *et al.*, 2018).

Cabe citar também o papel desempenhado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais⁶ do Rio Grande do Sul (Apae), atuando junto as pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas, pelo menos, desde o início da década de 1900, quando se fundou a Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Sul (A Federação, 2019). É possível que práticas esportivas tenham sido desenvolvidas nestes espaços em décadas anteriores. Do mesmo modo, a partir da década de 2000 variadas entidades foram fundadas no Estado com o intuito de promover o esporte para pessoas com deficiência. Inicialmente, contudo, estas entidades não ofereciam práticas esportivas para crianças e jovens com deficiência, mas, sim, ao público adulto. Foi a partir do ano de 2010 que o esporte paralímpico escolar, no Rio Grande do Sul, começou a passar por gradativo incremento, sendo protagonizado por uma rede de agentes e de instituições que negociaram e transformaram práticas e representações em prol do fenômeno. Este movimento, no Rio Grande do Sul, foi motivado por ações de âmbito nacional, mais precisamente as Paralimpíadas Escolares.

Diante de tais considerações iniciais, esta pesquisa objetivou compreender como as Paralimpíadas Escolares repercutiram na organização do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul no período de 2010 a 2019. Trata-se de focar o evento principalmente a partir dos depoimentos orais de professores(as) de Educação Física e treinadores(as) esportivos(as). O recorte temporal apresentado para o estudo demarca o seu início em 2010 por este representar o ano em que o Estado do Rio Grande do Sul iniciou a sua participação nas Paralimpíadas Escolares. Por sua vez, o recorte final é o ano 2019, uma vez que marcou a última edição do evento antes da suspensão devido à pandemia de Covid-19.

⁶ A Apae configura-se em uma organização social sem fins lucrativos, integrada por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais, instituições públicas e privadas parceiras, que presta serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Na sua organização, congrega a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), que reúne 24 federações das Apaes de Estados brasileiros e mais de 2.200 Apaes distribuídas no país (Apae Brasil, 2022).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, está alicerçada em pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural (Chartier, 1988; Pesavento, 2005; Burke, 2008). Ao adotarmos a História Cultural para auxiliar na condução desta pesquisa, utilizamos os conceitos centrais que orientam este campo, particularmente no âmbito da História do Esporte, quais sejam: práticas e representações culturais (Pesavento, 2005; Burke, 2008). De forma sintética, as práticas configuram os modos de fazer, as representações e os modos de ver. Para Chartier (1988), estas correspondem ao agir e ao pensar respectivamente, evidenciados num processo em longo prazo, caracterizado pelas transformações do Estado e das relações humanas.

Chartier (1988, p. 25) leciona que as práticas e representações culturais, quando vislumbradas como “modalidades do agir e do pensar”, remetem para teias humanas que regulam as suas inter-relações, formando estruturas moldadas por grupos de poder. De tal modo, os referidos conceitos ajudam-nos a refletir sobre as disposições e os arranjos históricos do objeto investigado em um cenário de constantes transformações, incluindo continuidades e descontinuidades ou ascendências e interrupções, as quais são fundamentais nas formações sociais e culturais, conforme o autor citado.

Em alinhamento com a História Cultural, a escolha pelos depoimentos orais para fins de constituição das fontes permite que as histórias a serem contadas sejam construídas pelas pessoas que testemunharam os fatos (Burke, 2008; Pesavento, 2005; Ferreira; Amado, 2006; Alberti, 2010). Isto é, os depoimentos orais de agentes que participaram dos acontecimentos referentes ao objeto de estudo passam a compor os vestígios que constituirão uma das possíveis versões históricas acerca do referido objeto.

Para Alberti (2010, p. 163), os depoimentos, ainda que individuais, são capazes de “transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica”. Assim, podemos afirmar que estes pressupostos metodológicos também estão em consonância com as construções culturalmente instituídas (Burke, 2008), nas quais as composições são formadas ora de forma individual, ora por intermédio de inter-relações. No caso das Paralimpíadas Escolares, isto ocorre em redes compostas por instituições e agentes (Bataglion; Mazo, 2019a,b,c).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob o parecer de número 083637/2019. Foram convidados(as) a participar 14 professores(as) de Educação Física e treinadores(as) do esporte paralímpico escolar do Rio Grande do Sul. Destes(as), 11 aceitaram participar voluntariamente e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Cabe informar que o uso dos nomes dos participantes foi aprovado pelo CEP bem como pelos participantes. No Quadro 1, apresentamos a caracterização dos(as) participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Caracterização dos(as) participantes da pesquisa

Nome	Sexo	Ano de nasc.	Formação	Local de Atuação	Modalidade(s) Paralímpicas
Alexandre Cavedini Bisneto	M	1978	Mestrado	Associação RS Paradesporto	Atletismo
Ana Paula Malanovicz	F	1981	Especial	Associação Esporte+	Atletismo
Cláudia Regina Alfama	F	1966	Especial	Faders	Goalball, Bocha, Basquete CR
Cláudia da Rosa Romero	F	1973	Especial	Acergs	Goalball, Atletismo, Bocha
Fabiane Pereira Póvoa	F	1978	Especial	Associação RS Paradesporto	Basquete em Cadeira de Rodas, Atletismo, Bocha
Felipe de Oliveira Motta	M	1980	Especial	Smed de Rio Grande/RS	Atletismo, Bocha, Goalball, Futebol de 5 (Futebol de Cegos)
Fernanda Michaelsen	F	1981	Especial	Associação Esporte+	Natação, Vôlei sentado
Flávio Bressan	M	1981	Especial	Smed de Sapiranga/RS	Goalball, Atletismo, Bocha, Natação, Tênis de Mesa
Gustavo Bordin Schumacher	M	1981	Mestrado	Acergs	Judô
Margarete Aparecida Trombini	F	1965	Especial	ACD de Passo Fundo/RS e CPB	Basquete CR, Atletismo, Bocha
Paulo José Antoni	M	1969	Graduação	Apae de Portão/RS	Futebol de 7, Atletismo, Bocha, Badminton, Tênis de Mesa

Legenda: M – Masculino; F – Feminino; Nasc. – Nascimento; Especial. – Especialização; RS – Rio Grande do Sul; Faders – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul; Acergs – Associação de Cegos do Rio Grande do Sul; Smed – Secretaria de Município da Educação; ACD – Associação Cristã de Deficientes Físicos de Passo Fundo; CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro; Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; CR – Cadeira de Roda.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como critério de inclusão dos participantes desta pesquisa, considerou-se ter atuado como professor(a) de Educação Física ou treinador(a) de estudantes com deficiência que participaram das Paralimpíadas Escolares no período de 2010 a 2019. Embora não tenha sido um critério de inclusão, todos(as) os(as) participantes possuem curso de habilitação pelo CPB ou pela entidade administrativa correspondente à(s) sua(s) modalidade(s) para a atuação como treinador(a), árbitro(a) e/ou classificador(a) em suas respectivas modalidades paralímpicas.

A coleta e produção de informações foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas gravadas e, posteriormente, transcritas literalmente. A partir dos depoimentos dos(as) entrevistados(as), ocorreram situações em que novas questões se revelaram pertinentes e foram acrescentadas pela entrevistadora (primeira autora desta pesquisa), possibilitando que os(as) participantes trouxessem detalhes acerca de

determinados aspectos presentes em suas entrevistas. Esta é uma característica das entrevistas realizadas com roteiros semiestruturados, permitindo que os(as) agentes que compõem as histórias revisitem suas memórias a fim de relembrar acontecimentos e reconstruí-los em seus discursos (Alberti, 2010).

As informações foram analisadas por meio da técnica de Análise Temática de Conteúdo, conforme as orientações de Flick (2009). Tal proposta inclui processos de codificação e categorização dos dados narrativos. O procedimento da codificação temática possui alguns questionamentos como base para a análise do conteúdo das entrevistas, que foram aplicados ao nosso objeto de estudo, a saber: quanto às condições (indaga-se o porquê, o que levou à situação, qual o pano de fundo e a trajetória); quanto à interação entre agentes (indaga-se quem atuou e o que aconteceu); quanto às estratégias utilizadas (indaga-se quais as formas de lidar com as situações); quanto às consequências (indaga-se o que mudou e quais foram os resultados).

A partir do processo supracitado foi elaborada uma estrutura temática, culminando nos resultados que são apresentados e discutidos na sequência, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural e da revisão bibliográfica pertinente ao objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Rede de Saberes e Fazeres: o Núcleo Estadual do Paradesporto

O Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, participou pela primeira vez das Paralimpíadas Escolares no ano de 2010, contando com uma delegação composta por dez pessoas, sendo quatro estudantes com deficiência e seis membros da equipe técnica (Bataglion; Mazo, 2019a). Observamos que os nomes das professoras Dóris Flores de Souza, Margarete Trombini e Cláudia Alfama possuíram proeminente importância no que se refere à esta primeira participação. Cabe mencionar que as duas primeiras professoras citadas atuaram em inúmeras negociações desde o ano de 2009, buscando viabilizar a representação do Estado nas Paralimpíadas Escolares. Ao contar com o apoio da terceira professora referida, por meio da Faders, em 2010, as articulações foram fortalecidas e a estreia do Rio Grande do Sul no evento escolar nacional materializou-se.

Pondera-se, no entanto, que na época outros(as) professores(as) também desenvolviam práticas esportivas junto aos seus(suas) estudantes com deficiência, sobretudo nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), como era o caso dos professores Flávio Bressan e Paulo Antoni. A partir do ano de 2011, quando foram iniciadas as negociações entre a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (Faders) e a Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (Fundergs) para o desenvolvimento das ações no âmbito do esporte paralímpico escolar, os nomes destes professores, assim como de outros(as), de variados municípios do Estado, foram localizados e ativados a fim de se compor uma rede para o engendramento das ações. Aqueles(as) que adentravam à tal rede recebiam cursos de formação para treinadores(as), árbitros(as), classificadores(as) funcionais, dentre outros, na área dos esportes paralímpicos. Isto, por sua vez, abria portas a novas oportunidades de empregos a

estes(as) profissionais. Negociações mediadas pelas entidades supracitadas possibilitaram a obtenção de materiais e equipamentos específicos para o trabalho voltado às modalidades paralímpicas no Estado.

Com relação aos(as) professores(as) que adentraram esta rede a partir do ano de 2011, ressaltamos que, além daqueles(as) que já desenvolviam práticas esportivas para pessoas com deficiência, professores(as) de Educação Física que não trabalhavam com o tema ingressaram na área do esporte paralímpico escolar. Conforme as informações obtidas por meio das entrevistas, tal ingresso deu-se motivado pelo desenvolvimento do esporte para estudantes com deficiência no Estado e a possível participação nas Paralimpíadas Escolares. Do mesmo modo, professores(as) que trabalhavam com o esporte para adultos com deficiência fizeram o movimento à atuação no âmbito do esporte paralímpico escolar. Todo esse movimento, em contrapartida aos agentes citados, passou a gerar visibilidade, reconhecimento e prestígio profissional. Fatores como viagens pelo país para fins da realização de cursos e participação em competições, além da ideia acerca de se tornar um(a) detector(a) de talentos para o esporte paralímpico, também podem ser citados com motivadores ao crescimento e à manutenção desta rede de agentes.

A partir disto, tais professores(as) passaram a atuar em uma rede de inter-relações, construindo práticas e representações culturais que contribuíram para que, gradativamente, novos(as) professores(as) aderissem a este movimento. Estes(as) agentes, desde o ano de 2011, aproximadamente, atuaram em variadas frentes a fim de promoverem o esporte para estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul. Neste estudo foram identificadas as seguintes dimensões, representadas no Quadro 2, com os seus respectivos indicadores.

Quadro 2 – Dimensões e indicadores da atuação profissional no esporte paralímpico

Dimensões	Indicadores
Participação na organização de eventos e competições	<ul style="list-style-type: none"> – Festival Paralímpico Estadual – Festivais Paralímpicos Municipais – Parajirgs* – Parajergs** – Paracergs*** – Competições por modalidade – Competições municipais
Organização de delegações	<ul style="list-style-type: none"> – Delegação do Rio Grande do Sul para as Paralimpíadas Escolares
Detecção, formação e treinamento de estudantes/atletas com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> – Detecção: nos espaços sociais; nas escolas; nos eventos esportivos – Formação/Treinamento: nas associações; nos projetos sociais; nos clubes esportivos; nas escolas
Desenvolvimento de projetos sociais de modalidades paralímpicas e composição de equipes	<ul style="list-style-type: none"> – Idealização de projetos do esporte paralímpico para o contraturno escolar – Fundação de associação do esporte paralímpico – Implantação de novas modalidades paralímpicas no Estado do Rio Grande do Sul – Composição de equipes para as modalidades coletivas

Arbitragem	– Arbitragem das modalidades paralímpicas nas competições estaduais e municipais
Cursos de capacitação profissional	– Clínicas de Esportes Paralímpicos
Articulação com órgãos e entidades governamentais e privados/as – municipal, estadual e federal	– Negociações para o desenvolvimento de eventos – Angariação de recursos para o desenvolvimento de projetos – Parcerias para o uso de espaço físico e obtenção de materiais e equipamentos esportivos – Solicitação de apoios e patrocínios
Articulação com as famílias	– Apresentar o esporte paralímpico – Explicar a importância da participação da criança no esporte – Elencar possibilidades da criança com deficiência – Conscientizar sobre questões acerca de independência, autonomia e cidadania da criança com deficiência

Legenda: *Parajirgs = Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul para pessoas com deficiência; **Parajergs = Jogos Escolares do Rio Grande do Sul; ***Paracergs = Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que, embora o Núcleo Estadual do Paradesporto, idealizado no ano de 2014, seja vinculado à Faders, sediada na capital Porto Alegre, as ações identificadas no Quadro 2 foram/são engendradas por agentes de variados municípios do Estado. Afora as práticas e representações culturais individuais no que diz respeito à pessoa com deficiência e os fazeres individuais, é possível assinalar indícios de elementos interconectados que se fazem presentes em cada dimensão e indicador evidenciados a partir dos relatos dos(as) entrevistados(as). Isto é, a composição e a ampliação de uma rede de agentes ao longo do tempo possibilitaram não apenas a congregação de diferentes saberes relativos à pessoa com deficiência e às distintas modalidades paralímpicas, como também a disseminação destes conhecimentos nas regiões geográficas do Rio Grande do Sul.

Com base nos pressupostos de Chartier (1988), compreende-se as ações engendradas no âmbito do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul como práticas culturais, as quais foram atravessadas por políticas governamentais e não governamentais, atuando a partir de e sobre agentes, de modo a materializar finalidades em torno das Paralimpíadas Escolares. As representações culturais, por sua vez, guardam relação com os significados que foram/são construídos acerca destas práticas, dando sentido e legitimidade a elas (ou não) em um dado cenário social (Chartier, 1988; Pesavento, 2005). No contexto investigado as representações constituídas e transformadas no âmbito do objeto de estudo conformaram e/ou ampliaram e mantiveram o campo do esporte paralímpico escolar, legitimando práticas em longo prazo. Vale assinalar, porém, que isto não sucedeu às margens de conflitos e descontinuidades, conforme informações que seguem.

Segundo as informações do Quadro 2 e da Imagem 1, a atuação da rede de agentes no âmbito do esporte paralímpico escolar compreendeu o planejamento, a organização e a realização de eventos de participação, de lazer e de competição para estudantes com deficiência. Cabe observar que tal ação englobou desde atividades de gestão até a execução dos referidos eventos, por exemplo, preparação dos espaços

físicos, montagem de quadra com marcações para a prática das modalidades de *goalball* e bocha paralímpica e a arbitragem das competições. Corrobora tal achado a pesquisa de Sanhotene (2023), que apresenta as diferentes funções das treinadoras de esporte paraolímpico, como a averiguação da logística de viagens, alojamentos e acessibilidade dos locais, entre outras.

Imagem 1 – Práticas conexas ao esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul



Fonte: Dados da pesquisa.

Vale atentarmos à variabilidade das funções exercidas pelos(as) agentes ora investigados(as) com relação ao esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul. Isto é, ao mesmo tempo que desempenham a função de professores(as) de Educação Física, seja em escolas regulares ou especiais, tais agentes se fazem presentes no papel de treinadores(as) e gestores(as), embora nem sempre estas funções tenham sido desempenhadas de modo formalizado. Os depoimentos trazem, Contudo, vestígios da inter-relação destas atividades na construção das histórias do esporte para estudantes com deficiência no Estado.

Ainda, faz-se relevante destacar a função assumida pelos(as) professores(as) para a capacitação de outros(as) agentes nas regiões do Estado. Trata-se das clínicas de capacitação em esporte paralímpico oferecidas a graduandos(as) e graduados(as) em Educação Física. Embora não tenhamos encontrado indícios da passagem do projeto Paraolímpicos do Futuro (Senatore, 2006) pelo Estado do Rio Grande do Sul,

cabe mencionar que a estrutura organizacional das referidas capacitações no Estado apresentaram similaridades com a proposta iniciada em 2006 com o referido projeto do CPB, ou seja, a presença dos ideais de disseminação do esporte paralímpico e da congregação de novos professores de Educação Física ao movimento paralímpico na esfera escolar.

Ao entender as práticas, enquanto modos de fazer, e as representações, enquanto os modos de ver, podemos empreender uma narrativa que corresponde ao agir e ao pensar dos(as) agentes ao longo do processo histórico investigado, este caracterizado pelas transformações do Estado, oriundas, por exemplo, de políticas adotadas – ou não – por diferentes gestões governamentais ao longo do tempo e das relações humanas. Neste ínterim, cabe destacar o expressivo papel das representações, “expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos” (Pesavento, 2005, p. 39), na caracterização de uma realidade paralela ao fenômeno ora abordado, de modo a colocar os(as) seus(uas) agentes a viver nela e por ela. Uma vez conectados(as) a tal realidade, entendida, aqui, como uma composição histórica, tais agentes tornam-se inter-relacionados e dependentes entre si:

Hoje a gente tem um grupo de professores, de profissionais e entidades que trabalham com o esporte paralímpico escolar. [...] pelo menos a gente conseguiu criar uma teia de atividades, uma rede de professores que podem fazer com que tudo dê certo e melhor, mas ainda sofremos bastante com a falta de estrutura governamental para o nosso trabalho (Felipe de Oliveira Motta, Rio Grande/RS, 2020, p. 4).

Os relatos dos(as) entrevistados(as) permitem reconhecermos elementos das dimensões e dos indicadores pertinentes ao processo das composições históricas do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, a constituição da rede de agentes, bem como enfrentamentos inerentes ao contexto. A seguir apresentamos um trecho da fala de Paulo Antoni (Portão/RS), um dos primeiros professores que adentraram esta rede de saberes e fazeres:

Fui contatado pela professora Claudia Alfama da FADERS, em 2011, para articular com as Apaes do Estado um levantamento de atletas em idade escolar com deficiência intelectual e paralisados cerebrais para formar a equipe do Estado [equipe do Estado para as Paralimpíadas Escolares], e de lá para cá acabei sempre auxiliando tanto os órgãos estaduais como todos os atletas na organização dos eventos, arbitragem, cursos, e orientação aos atletas (2020, p. 2).

Observa-se que, após a sua participação nas Paralimpíadas Escolares, em 2010, junto às professoras Dóris Flores de Souza e Margarete Trombini, a professora Cláudia Alfama, por meio da Faders, buscou mobilizar e articular outras instituições e professores(as) de Educação Física do Rio Grande do Sul, a fim de incrementar a delegação do Estado para a edição seguinte das Paralimpíadas Escolares em 2011. O professor Paulo Antoni – atuante como professor e, também, como coordenador da área da Educação Física nas Apaes do Rio Grande do Sul –, constituiu-se em mais um proeminente agente nas histórias do esporte paralímpico escolar no Estado. Com especial relação em termos das modalidades em que participam pessoas com deficiência intelectual e paralisia cerebral, como a bocha paralímpica e o atletismo paralímpico, a fala do professor Paulo Antoni denota sua vinculação em diferentes frentes de atuação, como na “organização

dos eventos, arbitragem, cursos e orientação aos atletas”. Prossegue o seu depoimento: “continuo garimpando e estimulando crianças e jovens em qualquer lugar que esteja, para oferecer novas opções” (2020, p. 2).

É possível identificar nos relatos dos(as) diferentes participantes da pesquisa que o evento Paralimpíadas Escolares abriu “vias para a comunicação” (Burke, 2003, p. 180), atribuindo significados às suas experiências e conhecimentos acerca do esporte para estudantes com deficiência. Desta forma é que vão se constituindo concepções, atitudes e valores de uma cultura (Burke, 2008). Neste sentido, ainda com relação ao ano de 2011, temos o depoimento do professor Felipe de Oliveira Motta (Rio Grande/RS), em que também é possível evidenciar o início do trabalho com o esporte paralímpico escolar atrelado à participação nas Paralimpíadas Escolares, a saber:

A minha relação com o esporte paralímpico escolar foi mais forte, desde o início, por causa da minha participação nas Paralimpíadas Escolares de 2011. Então, de 2011 para cá eu ajudei o governo do Estado; eu fui dar algumas palestras para ajudar na formação de professores pelo interior do Estado em 2012, que foram as clínicas de paradesporto, que o Estado organizou na época em 2012 (2020, p. 2).

Ao mencionar iniciativas do governo do Estado no que se refere ao esporte paralímpico escolar nos anos de 2011 e 2012, cabe citar a atuação da Divisão de Esporte Educacional da Fundergs, na época coordenada pelo professor Pedro Paulo Guimarães – um agente com atuação expressiva na composição e disseminação de práticas voltadas ao esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul. Dentre as ações promovidas por este órgão, em parceria com a Faders, ocorreram as clínicas de capacitação em esporte paralímpico, citadas no relato do professor Felipe de Oliveira Motta. Evidencia-se, também, no trecho anterior, que, à medida que os(as) professores(as) buscavam conhecimentos e os colocavam em prática na atuação junto aos seus(suas) estudantes com deficiência, suas experiências eram levadas a novos *lôcus*, a fim de capacitar novos(as) agentes, potenciais para a ampliação da rede em questão. Assim, gradativamente, utilizando os termos de Burke (2003, 2008), “ideias, expressões, simbolizações, práticas e representações” do esporte para estudantes com deficiência foram disseminadas e perpetuadas no Estado do Rio Grande do Sul. Este processo comunicativo simboliza uma forma de cultura, considerando os mecanismos de produção e de recepção presentes. Isto é, nem todos(as) aqueles(as) agentes que receberam as capacitações se engajaram, de fato, à rede de professores a fim de atuarem como disseminadores dos conteúdos recebidos. Os indícios denotam, sobretudo, descompasso no que diz respeito à produção, recepção e difusão dentro dos espaços escolares.

Cabe esclarecer que estes(as) professores(as), os(as) quais, por volta de 2011 e 2012, foram contatados(as) para fins do incremento no trabalho em termos do esporte paralímpico escolar no Estado, tiveram a oportunidade de fazer cursos para habilitação como técnicos(as), árbitros(as) e classificadores(as) pelo CPB, por intermédio das ações de capacitação da Fundergs. Em geral, nota-se que os(as) professores(as) que adentraram esta rede no referido período possuíam experiências anteriores no trabalho com estudantes com deficiência, a exemplo de Paulo José Antoni, engajado na atuação como professor de Educação Física na Apae de Portão/RS e de Felipe de Oliveira Motta,

professor de Educação Física na Escola de Educação Especial José Alvares de Azevedo de Rio Grande/RS. Professores(as) sem experiência prévia em termos da temática, entretanto, também foram acolhidos nesta rede, como pode-se observar no relato da professora Cláudia Romero:

A minha história começa em 2012, quando fui selecionada para ser uma das técnicas de Esporte e Lazer da extinta Fundação de Desporto do Rio Grande do Sul, a Fundergs. Então, eu trabalhava lá no Centro de Treinamento Esportivo do Estado, no Cete. Trabalhava com ginástica. E, na ocasião, precisava de um professor que trabalhasse, também, com os esportes paralímpicos. E eu me candidatei. Eles deram toda uma formação, da qual eu fiz o primeiro curso de Atletismo Paralímpico pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, lá em Natal/Rio Grande do Norte, que eu fiz na época, em 2012. E, a partir daí eu comecei a trabalhar com os esportes paralímpicos dentro da Fundação, dentro da Fundergs (Novo Hamburgo/RS, 2020, p. 2).

O curso ao qual Cláudia Romero faz menção na fala supra trata-se da formação para treinadores(as) na modalidade do atletismo paralímpico, oferecido pelo CPB a profissionais de Educação Física. Enquanto os(as) professores(as) eram selecionados para, por meio da Fundergs, realizarem cursos junto ao CPB, representando, assim, o Estado do Rio Grande do Sul, era solicitado deles a contrapartida, levando-se capacitações a diferentes municípios do Estado, além da atuação efetiva como treinadores(as), árbitros(as) e classificadores(as) funcionais. Esta última função foi mais restrita e relatada apenas pela professora Margarete Trombini. Talvez a menor aderência possua relação com o fato de a atividade de classificador(a) funcional restringir, por questões éticas, a atuação do profissional como treinador(a) e/ou árbitro(a) na mesma modalidade paralímpica. Por outro lado, percebeu-se as funções de treinador(a) e árbitro(a) sendo assumidas pelos(as) mesmos(as) profissionais, dadas as distintas ocasiões, sobretudo quando se trata da arbitragem de competições municipais e estaduais do esporte paralímpico escolar devido à carência de profissionais habilitados(as) para tal atividade no Estado.

A pesquisa de Facundo *et al.* (2019) também evidenciou que treinadores(as) de modalidades paralímpicas frequentemente assumem tarefas diversificadas, destacando as adaptações em materiais e equipamentos para os(as) atletas com deficiência, a verificação quanto às condições de acessibilidade dos locais de treinamento, de hospedagem e de competição, além de auxiliarem seus(suas) atletas no que condiz às atividades de vida diária. Neste estudo, dada a particularidade do trabalho junto a escolares – crianças e jovens – com deficiência, o contato, os diálogos e esclarecimentos direcionados à família a respeito das possibilidades e potencialidades de seus(suas) filhos(as), assim como da importância do esporte em sua vida, englobam as responsabilidades do(a) treinador(a) ou do(a) professor(a) de Educação Física escolar.

Importa evidenciar o destaque revelado nos depoimentos dos(as) professores(as) entrevistados(as) a respeito das competições do esporte paralímpico escolar, sendo enfatizada a participação de suas instituições e de seus estudantes: “Nós [Escola de Educação Especial José Alvares de Azevedo] participamos do Paracergs de 2012 para cá, praticamente todos os anos” (Felipe de Oliveira Motta, Rio Grande/RS, 2020, p. 2). Além disso, foi reiterado o empenho individual dos profissionais para a materialização

de práticas voltadas ao esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, conforme depoimento a seguir:

No início do ano [de 2013], em maio, frutricando na internet, eu vi alguma coisa da Cláudia Romero, de Novo Hamburgo. Chamei ela. Fui pesquisar sobre o *goalball*. [...] e ela disse: “vamos montar um time de *goalball* para participar das Paraolimpíadas [Escolares]”. Daí, lá foi o Flávio, com muita insistência; a gente montou a tal da equipe com quatro meninos e duas meninas. Daí eu assumi os meninos e a Cláudia [Romero] assumiu as meninas. Em 2013 foi o primeiro ano que a gente levou o *goalball*, do Rio Grande do Sul, para participar das Paralimpíadas Escolares com muito sacrifício, mas mesmo assim a Secretaria de Educação de Sapiranga, tipo assim, “não”, transporte era o máximo que a gente conseguia. Material, bola, nada. Trabalho voluntário no sábado e é isso (Flávio Bressan, Sapiranga/RS, 2020, p. 3).

A frequente aparição das competições esportivas nos depoimentos dos entrevistados, sobretudo o Paracergs e as Paralimpíadas Escolares, traz vestígios das ressonâncias da participação do Rio Grande do Sul no evento paralímpico escolar nacional no que diz respeito ao desenvolvimento desta esfera esportiva no Estado. Vale esclarecer que, embora vinculados(as) a instituições de ensino regular e especial, em diversos momentos estes profissionais atuaram como voluntários nas iniciativas do esporte paralímpico escolar, como explicou o professor Flávio Bressan ao citar a carência de apoio de órgão do município de Sapiranga/RS à época em que iniciou o trabalho com a modalidade do *goalball*.

A falta de apoio para desenvolver o trabalho no âmbito do esporte para os(as) estudantes com deficiência também foi referida no que se refere ao contexto escolar. Dificuldades semelhantes também foram identificadas em pesquisas realizadas com professores de Educação Física de outros Estados brasileiros, quando foram assinaladas questões como a inacessibilidade da estrutura escolar – falta de espaços acessíveis, recursos materiais e humanos e suporte pedagógico para um trabalho adequado e eficaz na realidade escolar (Gorgatti; De Rose Júnior, 2009; Sanches Júnior *et al.*, 2015; Carvalho *et al.*, 2017).

A realidade supracitada acerca dos desafios para se levar modalidades do esporte paralímpico para dentro das escolas reflete o cenário da perspectiva da Educação Física inclusiva, que caminha a passos lentos nas escolas do Brasil (Munster; Alves, 2018). Embora o acesso a capacitações sobre o tema tenha sido fortemente ampliado e facilitado nos últimos anos, sobretudo no contexto dos meios de Educação a Distância, muitos professores de Educação Física ainda relatam que esbarram na falta de materiais adaptados oficiais, por exemplo. Sem desvalorizar as dificuldades enfrentadas pelos professores *in loco*, cabe referir que, por vezes, tal cenário é usado como subterfúgio em detrimento da busca por conhecimentos sobre as modalidades paralímpicas e sobre formas alternativas de adaptações (Coates, 2012). Com isso, deixa-se de possibilitar a inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física na escola e no esporte, desperdiçando-se a chance de contribuir para a construção de uma educação e de uma sociedade mais inclusiva. Para Oznacar e Erdag (2018) e Oliveira e Mazo (2024), o esporte deveria servir como uma via privilegiada entre pessoas com e sem deficiência no sentido de minimizar preconceitos e aumentar o reconhecimento acerca das capacidades e potencialidades de todo e qualquer indivíduo.

Ao contrário disto, as dificuldades enfrentadas pelos(as) professores(as) no Rio Grande do Sul produziram o desenvolvimento do trabalho em uma espécie de rede colaborativa, bem como o engajamento em associações ligadas às pessoas com deficiência ou, até mesmo, a criação de novas associações e projetos sociais. Ou seja, os(as) professores(as) construíram, por meio desta rede chamada “Núcleo Estadual do Paradesporto, artimanhas que permitissem a difusão do esporte para estudantes com deficiência, dentro ou fora do ambiente escolar.

Nesse sentido, tem-se como exemplo a fundação da Associação Esporte+⁷, pela idealização das professoras Fernanda Michaelson Martins e Ana Paula Vieira Malanovicz no ano de 2015 – vale dizer que ambas as professoras iniciaram o trabalho do esporte para estudantes com deficiência na instituição em que atuaram juntas a partir do ano 2007: a Escola Estadual Especial Recanto da Alegria, de Porto Alegre/RS. No esporte paralímpico escolar, em particular, as referidas professoras estiveram engajadas desde 2012 e 2013, respectivamente. Outro exemplo são os projetos sociais idealizados pelo professor Felipe de Oliveira Motta, com ligação à Secretaria de Educação do município de Rio Grande/RS, e pelo professor Flávio Bressan, no município de Sapiranga/RS, por meio da Secretaria de Esporte do referido município, onde atuava como coordenador pedagógico no momento da coleta de informações desta pesquisa.

De forma igualmente relevante, entidades com tradição no âmbito do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul, que ainda não desenvolviam atividades relativas à esfera escolar, passaram a contar com professores(as) atuando com crianças e jovens estudantes com deficiência em diferentes modalidades paralímpicas. A exemplo disto, citamos o professor Gustavo Bordin Schumacher, que atuou desde 2015 com o viés escolar do esporte na Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (Acergs), assim como os(as) professores(as) Fabiane Pereira Póvoa e Alexandre Cavedini Bisneto, que iniciaram o trabalho escolar no ano de 2016 na Associação RS Paradesporto.

Assinala-se que, ao serem questionados(as) sobre como começaram a atuar com a esfera do esporte paralímpico escolar, os(as) entrevistados(as) responderam com base no ano em que começaram a treinar estudantes para participar das Paralimpíadas Escolares, ainda que sua atuação como professores(as) de Educação Física junto a este público tenha sido iniciada em período anterior, em escolas regulares ou especiais. Tal constatação denota, mais uma vez, as ressonâncias deste evento escolar nacional para os(as) estudantes de distintas localidades do Rio Grande do Sul. Os indícios apontam, em um primeiro momento, o estímulo à idealização de iniciativas engendradas por órgãos do governo, como a Faders e a Fundergs, repercutindo, gradativamente, às entidades não governamentais ligadas às pessoas com deficiência no Estado.

Os depoimentos obtidos nesta pesquisa evidenciaram a contrariedade acerca de descontinuidades ocorridas nas composições históricas do esporte paralímpico escolar no Estado em momentos de rupturas governamentais. Por outro lado, entrevistados(as) marcaram a relevância do Núcleo Estadual do Paradesporto da Faders, enfatizando as

⁷ A Associação Esporte+ é uma Organização Não Governamental, a qual desenvolve as modalidades da Natação Paralímpica, Atletismo Paralímpico, Vôlei Sentado e Para Snowboard, dispondo de local para treino e equipe multiprofissional aos(as) atletas com deficiência.

ações individuais e coletivas, em âmbito municipal e estadual, em termos da resistência à construção de uma cultura do esporte para estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul. Apesar das queixas e dos enfrentamentos, depoimentos atribuíram reconhecimento ao trabalho de Fernanda Makvitz Rieger, atuante na Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (Sedactel), na gestão governamental de 2015-2019⁸, e na Secretaria de Esporte e Lazer (SEL), no ciclo de 2019-2023⁹.

Infelizmente o governo do Estado, historicamente, não dá a devida atenção que deveria dar nas nossas ações. Sempre é uma briga, uma confusão para a gente conseguir organizar os eventos, sempre é meio que na força, meio que na dificuldade, mas hoje nós temos a Fernanda [Fernanda Makvitz Rieger] que trabalha na Secretaria do Esporte e Lazer do Estado. Ela consegue nos dar uma base muito interessante nesses dois últimos mandatos, mas ela também sofre com a falta de dinheiro, com a falta de estrutura. Ela consegue ser uma voz ativa para a gente, mas a gente precisa muito e a gente só consegue chegar às ações que a gente tem por causa do grande trabalho da Faders e, especificamente, da professora Claudia Alfama, enchendo o saco dos professores que são da grande Porto Alegre, e que também tem facilidade de estarem junto ao governo e nos provocando. Nós ainda não temos uma ação de Estado, nós temos apenas ações governamentais (Felipe de Oliveira Motta, Rio Grande/RS, 2020, p. 4).

Vale ressaltar que no ano de 2015 o Estatuto da Pessoa com Deficiência reafirmou o direito da pessoa com deficiência à educação em todos os níveis (artigo 27) e à cultura, esporte, lazer e turismo (artigo 42). Além disso, assegurou, dentre outras questões, o “acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar” (artigo 28) (Brasil, 2015, p. 21). Considerando-se os resultados do estudo apresentados até aqui, questiona-se sobre presença e o papel das instituições de ensino básico e especial do Estado neste processo histórico envolvendo o esporte paralímpico escolar.

Alguns(mas) dos(as) professores(as) entrevistados(as) neste estudo, em diferentes períodos, estiveram vinculados(as) às Secretarias de Educação e de Esporte de seus municípios ou em órgãos do Estado. Nestes momentos, relataram que tiveram a oportunidade de articular o desenvolvimento de projetos do esporte paralímpico escolar. As falas revelaram, todavia, descontentamento com o encerramento de seus projetos em ocasiões de mudança de gestão de governo (Cláudia Alfama, Porto Alegre/RS, 2019, p.15; Cláudia Romero, Novo Hamburgo/RS, 2020, p. 9; Flávio Bressan, Sapiranga/RS, 2020, p. 12).

Mesmo com o envolvimento dos(as) professores(as) ainda não há políticas de Estado no âmbito do esporte ou da educação que articule um trabalho sistematizado, em longo prazo, para o esporte paralímpico escolar no Estado do Rio Grande do Sul. Enquanto isso, professores(as) seguem atuando de forma isolada em seus municípios e locais de trabalho. Gradativamente, a rede de professores(as) e treinadores(as),

⁸ O período de primeiro de janeiro de 2015 a primeiro de janeiro de 2019 compreende a gestão governamental sob liderança de José Ivo Sartori, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

⁹ A partir de primeiro de janeiro de 2019 esteve em exercício a gestão governamental sob liderança de Eduardo Leite, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

identificada nessa pesquisa, é ampliada e fortalecida, assegurando a continuidade do esporte para os(as) estudantes com deficiência no Estado. Assim, podemos pensar em uma cultura do esporte paralímpico escolar em construção, a qual carece de permanentes esforços para a sua disseminação e preservação, sob o risco de sofrer descontinuidades, reveladas nos depoimentos dos(as) entrevistados(as) ou, poder-se-ia afirmar, conforme Burke (2008, p. 159), “uma ordem cultural ameaçada”. Isto significa aquela cultura composta e preservada mediante a participação e o esforço da rede de agentes e de instituições ora evidenciada. À medida que a cultura esportiva paralímpica perde espaço e representatividade no âmbito de suas ações no Estado do Rio Grande do Sul, está sujeita a riscos e/ou fica ameaçada à sua desconstrução.

Com base em Burke (2008), ao solucionar problemas suscita-se novos problemas e, neste sentido, pode-se afirmar que o trabalho da rede de agentes aqui mencionada, por meio das práticas evidenciadas ao longo do texto, buscou suprir os problemas da falta de políticas públicas sistematizadas para o esporte paralímpico escolar no Estado e, também, da falta de interesse e compromisso de alguns agentes da Educação Física escolar no que diz respeito às questões da inclusão dos estudantes com deficiência. Consequentemente isto gerou a permanência de agentes e de instituições ligadas ao esporte e à educação, por exemplo, em zona de conforto, não atuando em direção à construção de ações e, sobretudo, de políticas para a materialização do esporte como direito de todas as pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul. Observa-se que as fontes analisadas para este estudo, referentes ao período de 2010 a 2019, apontam para conformações do esporte paralímpico escolar prioritariamente, mas não como regra, em espaços e tempos em que não se evidencia presente o papel da escola e da Educação Física escolar, tema ao qual daremos atenção em um próximo artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Paralimpíadas Escolares constituíram-se em um catalisador para as ações do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul. Tal evento desencadeou a constituição de uma rede de professores(as) de Educação Física. Atualmente espalhados(as) pelo Estado, professores(as) atuam de forma individual e coletiva a fim de desenvolverem o esporte para estudantes com deficiência em suas localidades.

Esta foi uma pesquisa de cunho histórico-cultural, da qual emergiram vestígios de que o esporte para pessoas com deficiência e, sobretudo, a Educação Física inclusiva não são tratados enquanto política de Estado no Rio Grande do Sul, tendo seus indícios históricos atrelados apenas no âmbito das políticas de governo. A rede de agentes apresentada nesta pesquisa atuou no período de 2010 a 2019 – e sabe-se que segue atuando – para garantir o desenvolvimento de ações do esporte para estudantes com deficiência por meio de projetos sociais, em associações e em clubes esportivos no Estado.

Neste sentido, tem-se que esta rede de professores(as) vem contribuindo para a construção de uma cultura do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, garantindo a sua existência, mesmo nos períodos em que as políticas de governo criadas neste âmbito foram descontinuadas e/ou ameaçadas. Atenta-se à necessidade de cuidados para que esta cultura, conformada por meio de ações individuais e coletivas

de alguns(mas) professores(as), não se torne naturalizada, “isentando” outros órgãos e agentes responsáveis por fazer valer as leis relativas às pessoas com deficiência em todas as fases da vida e em todos os espaços e atividades sociais.

Por fim, cabe assinalar que a presente pesquisa se baseou em versões explanadas por alguns(mas) professores(as). Para investigações futuras, portanto, sugerimos que sejam feitas novas entrevistas com uma quantidade maior de professores(as), possibilitando o alcance de outras evidências e versões sobre os acontecimentos, trazendo à tona temas como o cenário e o papel da Educação Física escolar no fortalecimento do esporte paralímpico para os estudantes com deficiência e a dicotomia entre inclusão/exclusão quando se trata de competições esportivas e a seleção baseada no desempenho.

Além disso, cabem pesquisas privilegiando outros(as) agentes como estudantes com deficiência, árbitros(as), gestores(as), familiares, a fim de mostrar a capilaridade da rede e ampliar a compreensão acerca do fenômeno. Enfim, reconhece-se a necessidade e a relevância de pesquisas que evidenciem os processos de constituição do esporte para estudantes com deficiência em outros Estados e regiões do Brasil, de modo a revelar os enfrentamentos, as estratégias e as conquistas marcadas por distintas barreiras e facilitadores sociais, políticos e culturais.

REFERÊNCIAS

- A FEDERAÇÃO. Quem somos. *In*: Portal da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES-RS). Porto Alegre. Disponível em: <http://www.apaers.org.br/federacao.asp?id=1>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALFAMA, Cláudia Regina. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2019.
- ANTONI, Paulo José. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2020.
- APAE BRASIL. Federação Nacional das Apaes. Disponível em: <https://apaebrazil.org.br/>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- BATAGLIONI, Giandra Anceski et al. A social representation of the disabled person in the paralympic universe: from students to athletes. *In*: Ailton Fernando Santana de Oliveira; Marcelo de Castro Haiachi (org.). *The future of the olympic and paralympic games - 5th Debate Cycle in Olympic and Paralympic Studies*. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, v. 1, 2019, p. 195-223.
- BATAGLIONI, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Legados das Paralimpíadas Escolares para o Esporte Paralímpico no Brasil. *E-Legis*, n. Especial, p. 24-47, 2019b.
- BATAGLIONI, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas escolares (2006-2018): evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo. *Recorde – Revista de História do Esporte*, v. 12, n. 1, p. 1-42, 2019a.
- BATAGLIONI, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas escolares: representações sociais acerca do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul. *Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Revasf*, v. 9, n. 19, p. 353-385, 2019c.
- BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. O percurso esportivo das mulheres pioneiras no cenário paralímpico sul-rio-grandense. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*, v. 24, n. 4, p. 143-155, 2016.
- BRASIL. Senado Federal. *Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- BRESSAN, Flávio. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2020.

- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003. (Coleção Aldus, 18).
- BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CARDOSO, Vinícius Denardin. *O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil*. 2016. 217 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2016.
- CARVALHO, Camila Lopes de et al. Inclusão na Educação Física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 29, n. especial, p. 144-161, 2017.
- CAVEDINI BISNETO, Alexandre. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2020.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1988.
- COATES, Janine K. Teaching inclusively: are secondary physical education student teachers sufficiently prepared to teach in inclusive environments? *Physical Education and Sport Pedagogy*, v. 17, n. 4, p. 349-365, 2012.
- CONDE, António João Menescal. *Memória Paralímpica*. São Paulo: Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, 2018.
- FACUNDO, Lucas Alves et al. Trajetória profissional de treinadores no contexto do esporte paralímpico. *Movimento*, Porto Alegre, v. 25, v. e25034, p. 1-12, 2019.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). 8. ed. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FLICK, Urie. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GORGATTI, Márcia Greguol; DE ROSE JÚNIOR, Dante. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física. *Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 119-140, 2009.
- GORLA, José Irineu; CALEGARI, Décio Roberto. O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil. *Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 257-270, abr./jun. 2017.
- MALANOVICZ, Ana Paula. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2020.
- MAZO, Janice Zarpellon; BATAGLIONI, Giandra Anceski; PEREIRA, Ester Liberato. Paralympic sport in Brazil and Olympism: values to education and sports culture of children and young people with disabilities. *Journal of Human Sport & Exercise*, v. 16, n. Proc1, p. S34-S48, 2021.
- MAZO, Janice Zarpellon et al. Jogos Paralímpicos Rio 2016: memórias esportivas de atletas sul-rio-grandenses. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS) - Especial Section, "Disability, Education, Technology and Sport"*, v. 11, n. 1, jan-mar, 2018.
- MICHAELSEN, Fernanda. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2020.
- MOTTA, Felipe de Oliveira. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2020.
- MUNSTER, Mey de Abreu Van; ALVES, Maria Luiza Tanure. Educação Física e inclusão de estudantes com deficiências no Brasil: contrapontos entre legislação e produção científica. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, Marília, v. 19, n. 2, p. 171-184, 2018.
- OLIVEIRA, Raquel Valente de; MAZO, Janice Zarpellon. Inclusão de estudantes com deficiência nos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, Marília, v. 25, n. 1, p. 145-162, 2024.
- OZNACAR, Behcet; ERDAG, Deniz. Physical education and sports education candidate students' awareness and knowledge status about physical education lessons designed for physically disabled individuals. *Springer Science, on-line*, v. 1, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11135-018-0716-7>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PÓVOA, Fabiane Pereira. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2020.
- RESENDE, Mariana Corrêa de; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; GUIMARÃES, Andréa Carmen. Percepções sobre as Paralimpíadas Escolares: um estudo com atletas. *Pensar a Prática*, v. 22, 1-12, 2019.

ROMERO, Cláudia da Rosa. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2020.

SANCHES JÚNIOR, Moisés Lopes *et al.* Concepções e práticas da inclusão na Educação Física Escolar: estudo em uma cidade do Brasil. *Educación Física y Deporte*, Medellín, Colombia, v. 34, n. 1, p. 155-179, 2015.

SANCHOTENE, Vitória Crivellaro. *Atuação de mulheres treinadoras no esporte paraolímpico do Brasil*. 2023. 115 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SCHUMACHER, Gustavo Bordin. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2020.

SENATORE, Vanilton. Paraolímpicos do futuro. *In: CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. Manual de orientação para os professores de Educação Física: introdução ao Movimento Paraolímpico*. Brasília, DF: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006. 1CD-ROM.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. *Projeto Paralimpíadas Escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro*. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2017.

TROMBINI, Margarete Aparecida. *Entrevista*. Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos – Oepes, 2020.

Autor correspondente

Giandra Anceski Bataglion

Universidade Federal do Amazonas – Ufam

Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 – Coroado I, CEP 69067-005

Manaus/AM, Brasil

giandraanceski@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

